

A própria Assembléia Constituinte poderá aprovar, em seu regimento interno, medidas para evitar o funcionamento simultâneo, em 1987, do Senado, da Câmara e da Constituinte. Essa medida seria conseguida com o adiamento, por 20 dias, da eleição das Mesas da Câmara e do Senado.

Se não houver quaisquer providências, depende do atual Congresso, até 5 de dezembro, ou da Assembléia Constituinte, nos dias 1 e 2 de fevereiro, conforme estabelece a Constituição em vigor, as novas Mesas diretoras do Senado e da Câmara terão que ser eleitas. Essa eleição definirá o funcionamento simultâneo da Constituinte, da Câmara e do Senado, e que Ulysses Guimarães classifica de "cãos".

Difícilmente haveria até o dia 5 de dezembro, início do recesso parlamentar, condições de reunir dois terços de deputados e dois terços de senadores, necessários à aprovação da emenda do presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães que cria a "comissão representativa". Esse órgão, com deputados e senadores, teria a atribuição de Poder Legislativo ordinário, para atuar durante o funcionamento da Assembléia Constituinte.

Admitindo que não deverá conseguir o apoio de 46 senadores e 320 deputados, votando "sim" à sua proposta, Ulysses Guimarães pretende negociar com as lideranças o adiamento da eleição das Mesas da Câmara e do Senado — de 2 para 26 de fevereiro. Se tiver êxito em

**O**cientista político Celso Lafer disse ontem ao *Jornal da Tarde* que "o fato de hoje o PMDB assumir uma posição predominante no quadro político do País não quer dizer que ele possa transformar-se em um partido único". Ele admitiu que já houve partidos, em outros países, que apesar de predominantes, não assumiram, na prática, este desvio. Para o cientista político, hoje, o PMDB tem um perfil de esquerda moderada.

Portanto, para ele, a comparação entre o PMDB e o PRI, do México, nem sempre é válida, sob o aspecto puro e simples da ciência política. A começar pelas origens de ambos. Se o PRI surgiu de uma revolução, "e do esforço de institucionalizá-la, o PMDB nasceu de uma resistência ao arbítrio e da proposta de institucionalização da democracia".

O cientista político disse que seria razoável uma comparação entre o PMDB e o Partido do Congresso, da Índia, que, "igualmente, reúne múltiplas tendências e tem sido fundamental para a institucionalização da democracia no país".

#### Desgaste

Lafer disse que "na próxima eleição, o PMDB terá o ônus do desgaste, fenômeno normal nos regimes democráticos". Para ele, as eleições do último dia 15 foram uma consequência normal do processo de con-

25 NOV 1986

JORNAL DA TARDE

## A comissão de Ulysses, questão da Assembléia.

fevereiro — recesso da Câmara e do Senado — a Assembléia Constituinte, soberamente, poderia encontrar uma fórmula capaz de evitar o funcionamento simultâneo.

Para Ulysses Guimarães, se não for possível assegurar o funcionamento pleno da Assembléia Constituinte, "será muito sacrificado o trabalho de elaborar a nova Carta". E "a sociedade terá todo o direito de nos responsabilizar por um trabalho precário em questão fundamental à Nação — a nova Constituição".

#### Poder Econômico

"Estas eleições mostraram que será cada vez maior a interferência do poder econômico no processo eleitoral, o que fará com que apenas representantes de grandes grupos econômicos ou milionários passem a integrar, no futuro, não apenas o Poder Legislativo, mas, também, o Executivo". A observação foi feita pelo deputado Airton Sandoval (PMDB-SP), para quem se torna um imperativo a adoção de eleições por distrito. "O que assis-

timos neste pleito foi um verdadeiro massacre do poder econômico em todo o Estado de São Paulo. O mesmo deve ter ocorrido em todos os Estados."

Sandoval assinalou que deputados de grande atuação em benefício do povo não se conseguiram reeleger por falta de recursos. Seus redutos eleitorais foram invadidos por candidatos que contavam com grande respaldo financeiro e esbanjavam dinheiro na propaganda e no aliciamento de eleitores. "Basta ver a lista dos que estão sendo bem votados. Excelentes nomes foram vencidos por candidatos desconhecidos que, à custa de grande somas, conseguiram obter uma boa votação. Isso significa que o povo não será fielmente representado no Congresso Nacional e na Constituinte", concluiu.

#### Desconfiança

Apesar de reeleito, o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) afirmou, da tribuna da Câmara, que a Constituinte surgida das urnas do último dia 15, "tem uma notória rejei-

ção e um voto de desconfiança dos brasileiros".

Segundo o deputado, as eleições deveriam ter marcado "o momento supremo da transição, para a consolidação de um verdadeiro Estado de Direito". Mas, "infelizmente, o voto nulo e o voto branco se encarregaram de dizer que a sociedade rejeita a farsa, o avassalador poder econômico que corrompeu o processo eleitoral e a falta de debate em torno do que deveria ser a Constituinte".

Para ele, haveria agora duas saídas para se buscar a legitimidade que estaria faltando à Constituinte: nova eleição, a 15 de janeiro, exclusiva para constituinte (ficando os parlamentares eleitores com direito de disputar ou não também esse mandato exclusivo); ou a submissão das decisões mais importantes da Constituinte ao referendo da sociedade, "através dos seus segmentos organizados em todos os níveis".

Por sua vez, o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), que se disse "apontado como virtualmente reeleito", afirmou que o País "nunca mais pode passar por uma eleição tão corrompida pelas máquinas administrativas e pelo capital, como foi essa última". "Alguns não se elegeram" — acrescentou — "alguns escaparam, e outros virão da boca do cofre e não da boca da urna". A Constituinte, a seu ver, estará dominada pelo poder econômico e terá caráter essencialmente conservador.

## Referendos e plebiscitos: Lafer prega moderação.



**O jurista Celso Lafer acha que esses recursos são para casos especiais. Ele não teme, também, a força do PMDB.**

solidação da transição democrática.

O cientista político reconheceu que a própria UDR, da França, do período do presidente de Gaulle foi um partido predominante, mas não se transformou em um "partido único". Permitiu que outras entidades partidárias tivessem uma participação importante na vida política do país, não conseguindo congelar, por exemplo, a liderança de François Mitterrand.

#### Referendum

Lafer colocou algumas restrições à realização de referendos para que seja consumada uma consulta popular sobre algumas questões a se-

rem debatidas pela Constituinte. Para ele, "é uma medida a ser utilizada com moderação".

Já o jurista Miguel Reale Jr. confessa seu temor em relação ao referendos. Ele disse que uma consulta popular pode ter seu objetivo distorcido, sendo objeto de exploração emocional, como ocorreu "com a pena de morte na campanha de um candidato a deputado estadual em São Paulo, Afanásio Jazadji".

#### Críticas à comissão

Celso Lafer e os juristas Antônio Cançado Trindade, Alberto Venâncio e Vicente Marota Rangel, participaram ontem da mesa redonda sobre relações internacionais e a Constituinte, no Itamaraty.

Celso Lafer, em sua palestra, lembrou que a Comissão Arinos trata da ordem econômica nos artigos 321, 322, 323 e 328, mas, que seu princípio poderia ser resumido em um artigo: "O capital estrangeiro deve ter função complementar na economia nacional", sintetizou Lafer, afirmando ainda que o detalhamento do princípio deveria ser discriminado nas novas leis ordinárias que o Congresso escreverá.

Já o chanceler-interino, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, afirmou que nos últimos dois anos tem sentido o desejo do Congresso Nacional de participar mais efetivamente da política externa do País:

"A sanção do Legislativo confere a legitimidade necessária à política externa para que seja representativa e eficaz", frisou.

O jurista Alberto Venâncio, que participou dos trabalhos da Comissão Afonso Arinos, provocou sorrisos discretos em seus ouvintes do Itamaraty, quando mencionou que a Comissão alterará o artigo da atual Constituição que permite o ingresso de forças estrangeiras no País. "A comissão aprovou em Plenário que ficasse estabelecido a permissão para o ingresso apenas de forças aliadas no País, para que transitem temporariamente no Território Nacional". A Comissão, segundo seu representante, preservou no projeto constitucional, a tradição secular da política externa brasileira de paz, cooperação e respeito aos tratados internacionais.